

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

6

LETÍCIA APARECIDA BALESTRI

CONSELHO DE CLASSE: ESPAÇO DE REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO

MARINGÁ

2021

LETÍCIA APARECIDA BALESTRI

CONSELHO DE CLASSE: ESPAÇO DE REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso, do
curso de Pedagogia, da Universidade
Estadual de Maringá.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina
Cassol Carbello.

MARINGÁ

2021

CONSELHO DE CLASSE: ESPAÇO DE REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Letícia Aparecida Balestri^{1*}
Orientadora: Sandra Regina Cassol Carbello^{2*}

RESUMO

O estudo apresentado neste trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar o Conselho de Classe como espaço dialógico de reorganização da prática pedagógica. Esta pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico, perpassa pelo histórico do Conselho de Classe, apresenta as bases legais que regem este órgão colegiado, discorre sobre a organização e função deste e, também, discute, por meio da dialogicidade proposta por Paulo Freire (1921-1997) a ressignificação do trabalho pedagógico. A temática pesquisada fundamenta-se em escritos de Dalben (2004), Muller (2008), Lima (2007), Freire (1989, 2005) e Gadotti (2004). O Conselho de Classe é uma instância colegiada que reúne professores de várias disciplinas, equipe pedagógica e gestores, com o intuito de dialogarem sobre o desempenho dos alunos, o planejamento, a mobilização do Projeto Político Pedagógico da escola e suas ações pedagógicas em busca de melhorias para o ensino qualitativo. Ao refletir sobre o Conselho de Classe como o *locus* do diálogo, os educadores interagem, se humanizam e possibilitam a formação integral e humana aos educandos. A relação professor-aluno-conteúdo é fortalecida. Logo, olhar o Conselho sob a perspectiva da dialogicidade, tendo a finalidade de reorganizar o trabalho pedagógico, se faz preciso, pois o Conselho é um dos poucos espaços escolares que promovem essa troca de experiências e reflexões coletivas sobre os avanços, as dificuldades, o desenvolvimento dos alunos, a condução das aulas e atrelado a tudo isso, estar condizente com a proposta pedagógica da instituição escolar. Constituindo, assim, significado para as ações pedagógicas e provocar nos educandos o senso crítico e sua formação integral.

Palavras-chave: Educação. Conselho de Classe. Diálogo. Prática Pedagógica. Formação.

CLASS COUNCIL: SPACE FOR REORGANIZING PEDAGOGICAL WORK

ABSTRACT

The study presented in this course conclusion work aims to understand the Class Council as a dialogic space for the reorganization of pedagogical practice. This exploratory research, of a bibliographic nature, goes through the history of the Class Council, presents the legal bases that govern this collegiate body, discusses its organization and function and, also, discusses, through the dialogicity proposed by Paulo Freire (1921- 1997) the resignification of pedagogical work. The researched theme is based on writings by Dalben (2004), Muller (2008), Lima (2007), Freire (1989, 2005) and Gadotti (2004). The Class Council is a collegiate instance that brings together teachers from various disciplines, pedagogical staff and managers, with the aim of dialoguing about student performance, planning, mobilization of the school's Political Pedagogical Project and its pedagogical actions in search of improvements. for qualitative teaching. When reflecting on the Class Council as the locus of dialogue, educators interact, humanize themselves and make possible the integral and human formation of the students. The teacher-student-content relationship is strengthened. Therefore, looking at the Council from the perspective of dialogicity, with the purpose of reorganizing the pedagogical work, is necessary, since the Council is one of the few school spaces that promote this exchange of experiences and collective reflections on advances, difficulties, development of students, the conduct of classes and linked to all this, be consistent with the pedagogical proposal of

^{1*} Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ra108227@uem.br.

^{2*} Docente do Departamento de Fundamentos da Educação, área de Gestão, da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: srccarbello@uem.br.

the school institution. Constituting, thus, meaning for the pedagogical actions and provoking in the students the critical sense and its integral formation.

Key words: Education. Class council. Dialogue. Pedagogical Practice. Formation.

1. Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso consiste em investigar o Conselho de Classe (CC) como um espaço coletivo, dialógico, que permite reorganizar o trabalho pedagógico. O estudo é necessário visto que, ainda há muitas dúvidas e interpretações equivocadas sobre essa instância colegiada, na compreensão de sua importância para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

O interesse por esse tema surgiu após a participação em uma reunião de Conselho de Classe no Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP/UEM)², por meio do Programa Residência Pedagógica em Pedagogia (PRP), que despertou a vontade em estudar, compreender sua organização e como deve ser estruturado para efetivar o ensino de qualidade.

Nesta pesquisa de cunho bibliográfico, recorreremos aos escritos de Dalben (2004), intitulados “Conselho de Classe e Avaliação: perspectivas na Gestão Pedagógica da Escola” e “Trabalho Escolar e Conselho de Classe”. Essas obras possibilitam a compreensão do histórico, a definição e a legislação do Conselho de Classe. A autora discorre sobre sua experiência de vivenciar a transição e a inserção do Conselho de Classe na rede municipal de ensino. Conforme Dalben (2004), o Conselho de Classe é um órgão colegiado fundamental e privilegiado que abrange na organização escolar o reconhecimento, a identificação e a implementação do projeto político pedagógico. Possibilitando, a articulação de diversos segmentos escolares e tendo como objetivo central a avaliação de aprendizagem e do ensino.

Muller (2008) se debruçou sobre a temática e apresentou contribuições essenciais para entender a atuação do Conselho de Classe nas escolas e sua organização pedagógica, nos escritos intitulados: “O Conselho de Classe e a

² Essa vivência se deu a partir da participação da reunião do Conselho de Classe da turma do 1º ano A, com a presença das professoras da turma, das pedagogas e do nosso grupo de residentes. Sendo realizada de modo remoto, por conta da pandemia do COVID-19. Momento importante e de reflexão, pois a todo o momento os alunos eram vistos como sujeitos em processo de aprendizagem, considerando suas fragilidades e potencialidades. Além, do corpo docente e pedagógico possibilitar discussões enriquecedoras para o desenvolvimento do aluno e considerarem necessário o Conselho de Classe. Assim, foi uma experiência que, permitiu compreender o Conselho com novos olhares e me provocou a aprofundar o estudo para conhecê-lo como instrumento essencial de efetivação do ensino de qualidade, por meio, da reorganização da prática pedagógica.

Organização do Trabalho Pedagógico: uma interação possível?” e “O Conselho de Classe como possibilidade de Discussão e Organização do Trabalho Pedagógico”. De acordo com a autora, o Conselho de Classe é o espaço interdisciplinar e deliberativo que permite a reflexão, tomada de decisões e de estudo do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Considerando os objetivos, as metodologias e estratégias de ensino baseadas nos conteúdos escolares e questões didáticas que visam um planejamento que contemple as finalidades da escola e melhore o ensino.

Com relação às questões legais, Muller (2008) aponta que não havia uma legislação que garantisse o Conselho de Classe, apenas atribuições sobre ele. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 4024 de 1961, já tratava de algumas questões sobre a organização escolar, a revisão de métodos pedagógicos, a avaliação do rendimento escolar de cada aluno e estimular o aperfeiçoamento pedagógico. Mas, somente com a lei 5692, de 1971 o Conselho foi formalizado e implantado, sendo esta promulgada com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN, regulamentado pelo Decreto 63.914, de 27/12/1968, o qual trazia orientações de como utilizá-la.

Dalben (2004), considera o Conselho de Classe como um órgão colegiado, o qual permite que os professores e as pedagogas possam se reunir para refletir sobre as práticas pedagógicas e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Logo, se torna um espaço importante para a organização escolar, pois permite identificar e implementar o projeto político-pedagógico, por meio da verificação de seus objetivos, se foram contemplados e a avaliação das turmas e dos alunos elencando os avanços e necessidades específicas a cada situação.

Entretanto, segundo Muller (2008), o Conselho de Classe nem sempre foi compreendido desta forma, mas entendido como um espaço destinado ao acompanhamento ou verificação do aluno e não como avaliação do trabalho pedagógico. Muitas vezes sendo destinado a aprovação ou reprovação dos alunos, após a realização do Conselho nada se modificava no planejamento, na relação entre o professor e o aluno. Ainda é um desafio torná-lo um espaço de instrumento reorganizador da prática pedagógica possibilitando aos docentes a reflexão de suas ações em sala de aula, avaliar o processo de desenvolvimento dos discentes, considerando suas aprendizagens e buscando ações que visam atender as necessidades dos alunos. Priorizando, assim, a formação humana e integral dos alunos.

Articularemos para a compreensão deste estudo, os escritos do educador brasileiro Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), especificamente o capítulo “Educação e Conscientização” da obra “Educação como prática da liberdade” (1989) e, “A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade” presente no livro “Pedagogia do Oprimido” (2005). As considerações de Márcia Canhoto de Lima (2007) intitulado: “Paulo Freire e a Administração escolar: a busca de um sentido” e o estudo de Moacir Gadotti (2004) “Convite à leitura de Paulo Freire”, acerca deste importante filósofo brasileiro. O seu pensamento é centrado no diálogo, por isso associaremos o termo dialogicidade como essencial para a efetivação e reorganização do trabalho pedagógico, nas reuniões de Conselho de Classe.

A dialogicidade refere-se ao diálogo, a interação e a comunicação entre os sujeitos, de maneira horizontal considerando a formação humana e crítica dos indivíduos. O Conselho de Classe nessa ótica, permite que todos possam participar e agir de forma reflexiva, com intencionalidade e caminhos para a busca qualitativa do ensino. Proporcionando, assim, a formação integral dos sujeitos. E não, uma prática sem significado que prioriza o ensino quantitativo, as notas, a reprovação ou aprovação de alunos. O CC é o principal caminho da instituição escolar para se efetivar o diálogo, a ressignificação das práticas pedagógicas a fim de permitir ao alunado seu desenvolvimento integral.

Para Freire (1989) os homens se humanizam em comunhão, ou seja, com a dialogicidade, a troca de experiências, a valorização das relações sociais, o educador se humaniza e, conseqüentemente, atenta-se às formas de relações humanizadoras com os alunos. Logo, o CC ao ser considerado como um espaço necessário e dialógico, com a participação efetiva de todos os segmentos escolares, possibilitará que os professores ao refletirem suas ações, se humanizam e, assim, aos seus discentes.

Investiga-se, portanto, o Conselho de Classe como instrumento reorganizador da prática pedagógica, rompendo com a ideia de um espaço de conversas e definições do rendimento escolar dos alunos, para um *lócus* fundamental de diálogo, reflexões e buscas por ações que melhorem as práticas pedagógicas, visando atender as necessidades dos alunos e seu desenvolvimento. Portanto, com esse estudo a ênfase está em entender como o Conselho de Classe proporciona, por meio, de suas ações a reorganização das práticas pedagógicas dos professores objetivando o desenvolvimento integral dos alunos.

O referido trabalho está organizado em três seções, na primeira os aspectos conceituais, adentrando sobre a Gestão, uma vez que, é por meio de instâncias colegiadas como o Conselho de Classe, que permitem a participação de todos os segmentos escolares nas tomadas de decisões, na reflexão e debate sobre o processo de ensino-aprendizagem. Na segunda seção, aprofundaremos o estudo sobre o CC, especificamente, em seu histórico, legislação e como está estruturado. Por último, a reflexão articulada com os escritos de Paulo Freire sobre este órgão colegiado e, enfatizando, a necessidade de ressignificar e utilizar esse espaço como caminho para o ensino qualitativo.

2. Conceitos: Conselho de Classe, Gestão Escolar e Democrática

O Conselho de Classe (CC) é uma instância colegiada essencial para a reflexão, o diálogo, a ressignificação das ações pedagógicas e, conseqüentemente do trabalho pedagógico dos professores visando pensar este espaço como ponto de partida e chegada para um ensino que considere a formação integral dos alunos. Rompendo-se, assim, com a ideia de espaço para conversas sobre o rendimento escolar, as aprovações ou reprovações e, sem adentrar na organização do trabalho pedagógico.

Partindo disto, se faz importante e necessário enfatizar que, a Gestão Escolar é de suma relevância para que o Conselho de Classe se efetive. Desde meados dos anos de 1980, conforme Muller (2008) há ações para que haja a democratização da educação, tendo após a Constituição de 1988 a Gestão Escolar como um dos princípios da escola democrática, ou seja, é por meio desta que a democratização da educação se torna prática concreta.

Neste contexto, segundo Muller (2008) a Gestão Educacional pautou-se nos princípios democráticos, os quais, no coletivo a escola fosse mais incluyente e possibilitasse a participação de todos os segmentos nos processos pedagógicos e administrativos. Isto passou a ser um desafio para as instituições escolares, as quais necessitaram rever seu ideal e práticas para incluir esses princípios.

[...] a escola, como instituição social, encontra-se neste momento, num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa,

competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento num novo tempo. (MULLER, 2008, p. 4, *apud*, DALBEN, 2004, p. 13).

Segundo Muller (2008) a Gestão Democrática nas instituições escolares públicas é assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/96. Este documento nacional que rege toda a Educação Brasileira delega a cada sistema de ensino a sua normalização. Assim, cada Estado, com o intuito de consolidar a Gestão Democrática, construiu meios para que houvesse a participação da comunidade escolar em todo o processo de tomada de decisões, em atenção à LDB:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

A Gestão Democrática, desta forma, é compreendida como,

A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar. (PARANÁ, 2011).

Essa concepção de Gestão proporciona que todos os segmentos escolares participem efetivamente das decisões e assuntos referentes ao processo de gestão. Para tanto, é necessário que o gestor possibilite essa abertura, então para essa efetivação o papel do gestor se refere a,

Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão –, de quem tem consciência do coletivo – democrática –, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação. (FERREIRA, 1999, *apud*, TAQUES, *et al*, p. 1241, *apud*, MULLER, 2008, p. 37).

Diante disso, o gestor considera as ações com o intuito de formar indivíduos para a cidadania, proporcionando o envolvimento do coletivo para atingir esse

objetivo. Essa forma de Gestão - a Democrática - tem como princípios “a participação, a transparência e a implementação de políticas educacionais comprometidas com a qualidade do ensino.” (PARANÁ, 2011).

Conforme Muller (2008) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – n. 9394/96) em seu Artigo 12, definiu como responsabilidade das instituições de ensino sua autonomia na gestão da escola, visando, “[...] planejamento participativo, bem como participação da comunidade nas atividades escolares de cunho pedagógico e administrativo”. (MULLER, 2008, p. 4).

Desta forma, possibilita as escolas sua autonomia, quanto à resolução das inquietações no coletivo, sem precisar acionar o sistema. Todavia, isso não quer dizer que o Estado não tem mais obrigações e deveres com a Educação, pelo contrário a escola faz parte do sistema e necessita de recursos externos. A autonomia se refere a “[...] poder decidir sobre os objetivos institucionais em conjunto com os professores, os alunos, os pais, os funcionários e a comunidade, na busca por alternativas que visem à melhoria das condições de ensino.” (MULLER, 2008, p. 37).

A escola organizada com base nos princípios da Gestão Democrática, demanda que todos os envolvidos no processo de escolarização (comunidade escolar) estejam em sintonia, presentes e comprometidos com o ensino de qualidade. Contudo, para isso acontecer é importante que a direção possibilite a abertura para a participação, por meio da transparência das ideias, expondo-as. A efetivação dessa forma de Gestão se faz por meio das instâncias colegiadas, as quais são:

[...] organizações compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade com o objetivo de auxiliar o diretor na função de Gestor Escolar, nas decisões e encaminhamentos para solucionar os problemas do cotidiano da escola, mas tendo como objetivo principal a busca pela melhoria da qualidade no processo ensino e aprendizagem. (PARANÁ, 2011).

As instâncias colegiadas, a saber, são a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e Conselho de Classe. Deste modo, constituem o envolvimento de todos os segmentos escolares nas decisões e discussões, tendo como finalidade os objetivos da escola. Elas visam à tomada de decisão coletiva junto com a equipe diretiva e pedagógica. É uma forma de descentralizar as tomadas de decisões e efetivar que todos possam ouvir,

debater, relacionar suas ideias, participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e garantir a função social da escola. Visto que a escola é constituída de relações sociais e formação do sujeito a ser atuante na sociedade.

O Conselho de Classe como instância colegiada é o instrumento essencial de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e das práticas pedagógicas dos professores. É o espaço de suma importância para a efetivação da gestão político-pedagógica, pois permite que diversos segmentos escolares possam dialogar e buscar melhorias para a qualidade do ensino.

Segundo Muller (2008) na organização escolar atual, ainda há desafios para essa participação de pais, alunos e professores na gestão, pois há o entendimento disso como o consenso ou aceitar o que foi decidido e não tomar as decisões no coletivo. Por isso, é preciso que a gestão da escola esteja fundamentada nos princípios democráticos, para proporcionar esses momentos de efetivação e para que o Conselho de Classe seja um espaço de participação e reorganizador de toda a prática pedagógica.

Ao repensar as práticas pedagógicas e a gestão da escola atual, na intenção de superar a fragmentação, implica em rever o papel social da escola e seus projetos educativos, além de possibilitar com suas práticas um fazer coletivo que colabore a compreensão da realidade em que está inserido.

[...] pensar na organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar numa perspectiva de superação da fragmentação imposta pela sociedade atual significa, [...] repensar o papel social da escola, seu projeto educativo, seus objetivos, sua intencionalidade. Implica, também, em pensar um fazer pedagógico coletivo que seja capaz de desvelar a realidade no qual está inserido. (MULLER, 2008, p. 38)

O Conselho de Classe é um momento que perpassa e integra os sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem, ao mesmo tempo em que possibilita uma visão da organização escolar, centra-se no processo escolar do alunado, nas estratégias pedagógicas para promover a aprendizagem, como afirma Dalben (2004):

O Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar. (DALBEN, 2004, p. 16)

Todavia, o Conselho de Classe é contraditório, pois ao mesmo tempo em que se faz burocrático e necessário, é um dos poucos instrumentos escolares que permite a reflexão, a conversa entre os professores e o pensar coletivo sobre a própria organização da escola e o processo de ensino, podendo resultar em melhorias, novas ações e, principalmente, repensar o Projeto Político Pedagógico da instituição.

[...] Trata-se de peça-chave na engrenagem da organização prescritiva e burocrática do processo de trabalho escolar. No entanto, é um dos únicos momentos existentes no interior da escola que permite a discussão e a análise coletivas do processo de ensino em curso. (DALBEN, 2004, p. 12).

Posto isto, é preciso compreender o significado dessa instância colegiada tão importante de discussão e reflexão da ação pedagógica. A origem etimológica da palavra conselho, é explicitada pelas autoras (PINTO; FERRAZ, 2014, p.09): “[...] a palavra conselho vem do latim *Consilium*. Por sua vez, *consilium* provém do verbo *consulo/consulere*, significa receber/emitir parecer sobre determinadas questões de forma ponderada e de bom senso”. A palavra Conselho poder-se-ia dizer que remete a reunião, um momento de diálogo que todos os envolvidos possam debater e serem ouvidos, é desta forma uma “[...] via de mão dupla: ouvir e ser ouvido” (CURY, 2000, p. 47 *apud* PINTO; FERRAZ, 2014, p. 9). O Conselho de Classe pode ser assim definido:

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. (DALBEN, 2004, p. 31).

Desta maneira, o Conselho de Classe é um momento necessário que promove o ato crítico e a reorganização escolar para um ensino mais qualitativo, sendo este um “espaço privilegiado na organização do trabalho escolar, para o reconhecimento, a identificação e a mobilização do projeto pedagógico da escola.” (DALBEN, 2004, p. 15).

3. Histórico, Base Legal e a Organização do Conselho de Classe

Os estudos sobre esta instância colegiada são exíguos, segundo Rocha (1986) *apud* Dalben (2004), o Conselho de Classe surgiu na França, em 1945, devido à precisão em trabalhar a interdisciplinaridade com as classes experimentais, implantadas com a reforma do ensino francês em 1959.

Devido a esta reforma, foram instaurados três categorias de Conselhos: “[...] O Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação, em esfera mais ampla.” (DALBEN, 2004, p. 26). A finalidade dessa reforma era, a saber: “[...] organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vistas a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões”. (INSTITUTE DE RECHERCHE ET DOCUMENTATION PEDAGOGIQUES – IRDP, 1971, p. 31; *apud* ROCHA, 1986, p. 19; *apud* DALBEN, 2004, p. 26).

O Conselho de Classe francês tinha um caráter amplo e específico, sua finalidade era selecionar e distribuir os alunos para os campos técnicos ou clássicos, conforme suas aptidões e características analisadas, definindo, assim, o futuro do alunado e repassando estes resultados às famílias. Sua ação pedagógica era “[...] centrada na avaliação classificatória, determinando a vida futura do aluno, papel bastante dirigido aos objetivos do sistema de ensino francês no período.” (DALBEN, 2004, p. 22).

Este pressuposto francês de Conselho de Classe foi inserido ao Brasil e servindo de parâmetro para o sistema escolar brasileiro. Sua chegada foi em 1958, por meio de estagiários brasileiros, a saber, Laís Esteves Loffredi e Myrthes de Lucca Wenzel que vivenciaram essa experiência na França e trouxeram ao país. A ideia foi desenvolvida no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP), sendo o pioneiro na implementação do Conselho de Classe.

O sistema brasileiro não possuía uma lei específica para regularizar e garantir o Conselho de Classe, apenas era citado algumas atribuições sobre este. Segundo Rocha (1986) *apud* Dalben (2004) esse instrumento era utilizado nas instituições que o considerava importante para a prática pedagógica, de forma espontânea.

De acordo com Dalben (2004) esses pressupostos já estavam sendo desenvolvidos em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com a tendência escolanovista, a qual propunha um novo ideal de escola. Seus ideários era a defesa da discussão em grupos acerca de um atendimento ao aluno, com uma

nova organização para a escola, para que esta priorize o coletivo, e a individualidade de cada aluno.

[...] O Manifesto colocava-se contrário à centralização de poder e de decisões, considerando necessária a adaptação da escola aos seus interesses e necessidades. Essa nova concepção de escola sugere uma organização que valoriza o trabalho coletivo, a discussão, a busca e a criação de novos métodos. (DALBEN, 2004, p. 22).

O sistema brasileiro ainda não possuía uma lei específica que o garantisse legalmente como parte da organização escolar. Conforme Muller (2008), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4024 de 1961, já havia rumores e indicações para as escolas reverem suas organizações, seus métodos, avaliar seu alunado com mais clareza e outros caminhos para aperfeiçoar o processo educativo.

No entanto, somente com a Lei nº 5.692/71 o Conselho de Classe foi implantado formalmente. Muller (2008) aponta que essa Lei propunha uma nova organização para o sistema de ensino, como o contexto era de ditadura militar, a proposta desta era centralizar as decisões a um poder, retirando a participação de grupos representativos da sociedade. De acordo com Dalben (2004) a referida Lei valorizava o ensino pragmático e tecnicista, visando atender as demandas do capitalismo, ou seja, formava os alunos para atender ao mercado de trabalho. Partindo disto, o sistema escolar era organizado reunindo o ensino secundário, o comercial, o industrial, o agrícola, o normal e o profissionalizante, em apenas um. Visando, “[...] à transformação do estudante em um indivíduo treinável, instrumentalizado nos valores do capital, na competição e na racionalidade deste.” (DALBEN, 2004, p. 28). O Brasil mudou seu ideário pedagógico que antes era inspirado na Europa, para o acordo americano MEC-Usaid. Este vinha como uma forma de prestar serviço de consultoria ao Ministério da Educação (MEC) e às secretárias Estaduais, tendo como finalidade, “[...] o planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual, e estes, conseqüentemente, no âmbito municipal.” (DALBEN, 2004, p. 29).

Como resultado deste acordo foi implantado, em 1970 em diversos estados brasileiros, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), regulamentado pelo Decreto 63.914 de 27/12/68, seu objetivo era, “[...] legitimar toda uma transformação modernizadora imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua racionalidade pelo modo de produção capitalista.” (ARAPIRACA, 1982, p. 110, *apud* DALBEN, 2004, p. 29). Além disso, tinha a intencionalidade de,

[...] – atender à necessidade de ampliação da oferta de matrícula na área do ensino médio;
 - propor alternativas de reformulação da estrutura da escola média, através da implantação, em larga escala, de um modelo novo de escola do 1º ciclo. (DALBEN, 2004, p. 29).

Com a Lei 5.692/71, o Conselho de Classe, conforme Dalben (2004), foi implantado, devido aos encaminhamentos do acordo que tratava o CC como um órgão constituinte da instituição escolar. Entretanto, de acordo com Muller (2008), essa Lei não tinha um artigo específico que tratava do CC, mas já tratava de novos modos de avaliar, a reestruturação do ensino e da relevância de ter os elementos qualitativos acima dos quantitativos, tendo assim a “[...] preocupação com a avaliação global, diagnóstica, formativa e somativa, para a autora, mostra a influência indireta dessa Lei sobre a criação dos Conselhos de Classe.” (ROCHA, 1982, *apud* MULLER, 2008, p. 7).

Dalben (2004) e Muller (2008) apontam que, a Lei 5.692/71 proporcionou aos Conselhos Estaduais de Educação elaborar diretrizes, pareceres e resoluções que traçavam a organização escolar e a formalização de uma avaliação coletiva. A LDB em seu Artigo 2º, parágrafo único, regulamenta isto:

[...] A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo próprio sistema, com observância de normas fixas pelo respectivo Conselho de Educação. (BRASIL, 1971, *apud* MULLER, 2008, p. 7).

De acordo com Muller (2008) o Conselho de Classe foi implantado nas instituições de ensino do Paraná, em 1975. Tendo como objetivos a avaliação individual do rendimento escolar dos alunos em consonância com a avaliação coletiva do trabalho pedagógico. Um dos objetivos do Conselho de Classe regido na Lei 5692/71, a saber:

O Conselho Classe foi implantado como instância colegiada, com função de cunho pedagógico e essencialmente avaliativo, na perspectiva de conseguir uma visão global do aluno, para atendimento individualizado de suas aptidões. (MULLER, 2008, p. 12).

O Conselho de Classe “[...] que compreendia, pela legislação anterior, a *avaliação do rendimento do aluno* e que pressupõe, atualmente, a *avaliação do trabalho pedagógico*.” (MULLER, 2008, p. 22). Atualmente, os

[...] elementos que subsidiam o estabelecimento do Conselho de Classe como instância colegiada da escola, Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional – LDBEN, n. 9394/96, e documentos norteadores, orientadores e normativos produzidos pelo Estado do Paraná, conduz à configuração do Conselho de Classe como espaço de avaliação e organização do trabalho pedagógico. (MULLER, 2008, p. 9).

Conforme Muller (2008) este entendimento é encontrado no Caderno de Apoio de elaboração do Rendimento Escolar que é enviado às escolas pela Secretaria de Estado do Paraná, o qual define o Conselho como,

[...] um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político-Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem (PARANÁ, 2007).” (MULLER, 2008, p. 06).

Dalben (2004), considera o Conselho de Classe como um órgão colegiado, o qual permite que os professores e as pedagogas possam se reunir para refletir sobre as práticas pedagógicas e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Logo, se torna um espaço importante para a organização pedagógica, pois permite identificar e implementar o projeto político-pedagógico, por meio da verificação de seus objetivos, se foram contemplados e a avaliação das turmas e dos alunos elencando os avanços e necessidades específicas a cada situação. “O Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar”. (DALBEN, 2004, p. 16).

Contudo, ainda é um desafio torná-lo um espaço de instrumento reorganizador da prática pedagógica possibilitando aos docentes a reflexão de suas ações em sala de aula, avaliar o processo de desenvolvimento dos discentes, considerando suas aprendizagens e buscando ações que visam atender as necessidades dos alunos.

O que se observa nos Conselhos de Classe é a tentativa de contornar a frieza dos resultados quantitativos, valorizando uma análise do aluno contextualizada na sua história de vida, suas atitudes, seu comportamento, suas limitações. [...] em alguns casos, a aprovação do aluno é justificada pelo Conselho de Classe final e a ausência de critérios estabelecidos pelo colegiado para aprovar ou reprovar determinados alunos permite que essa aprovação/reprovação seja questionada, como possibilita que a avaliação informal, realizada durante todo o processo escolar pelo professor, seja definidora do resultado final. (MULLER, 2008, p. 22)

O Conselho de Classe como já mencionado é o espaço destinado à discussão e reflexão dos assuntos pedagógicos da instituição escolar. Sendo um momento que os professores, a equipe pedagógica e a direção fazem o trabalho coletivo para avaliarem e buscarem caminhos para efetivar o processo de ensino-aprendizagem. As características principais desta instância colegiada são,

- a participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico;
- a questão da avaliação, tendo como foco central o processo de ensino;
- a interdisciplinaridade. (DALBEN, 2004, p. 193).

O Conselho de Classe é estruturado em pré-conselho, conselho de classe e pós-conselho. No primeiro momento, é o espaço de diagnóstico, no qual os professores e os pedagogos realizam o levantamento dos dados sobre o ensino e aprendizagem dos alunos, o desempenho, as observações e os encaminhamentos didático-metodológicos, para ter um panorama no CC. No segundo momento, a equipe pedagógica, a direção e os professores realizam a reunião coletiva a fim de pensarem nos dados obtidos anteriormente e decidirem os encaminhamentos para favorecer a aprendizagem do alunado. Por último, é o momento em que as ações discutidas e os encaminhamentos são efetivados e buscam soluções frente às necessidades dos alunos.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros. (PARANÁ, 2011).

Visto isto, o pedagogo tem função essencial no Conselho de Classe, pois é este quem realiza a organização, a articulação e o acompanhamento necessário nas reuniões de CC. Sendo a ponte entre os professores e a família, quando preciso e a mediação das discussões que visam o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Segundo Cruz (2005) *apud* Muller (2008), o Conselho de Classe é um dos espaços mais significantes da prática pedagógica, mas se perde em sua organização, ao ser realizado de modo a julgar ou criticar infrutuosamente os alunos e o trabalho pedagógico. Essa proposta tem o intuito de “[...] oferecer práticas diferenciadas para comparação, análise e, se possível, a organização de um novo

instrumento que oriente a atuação dos pedagogos e professores.” (MULLER, 2008, p. 42).

Diante disso, o Conselho de Classe pode ser estruturado em quatro etapas, a saber: a primeira, a autoavaliação dos profissionais da escola; a segunda, análise diagnóstica das turmas; a terceira, a proposta de ação individual e coletiva e a quarta a análise dos casos relevantes. E o Conselho de Classe Participativo.

Na primeira etapa, os professores avaliam suas práticas pedagógicas em sala de aula, percebendo se está sendo eficaz e o que podem melhorar. Em segundo momento, os educadores apresentam as dificuldades e necessidades que a turma precisa, em conjunto com os demais professores e pedagogo para avaliar os princípios tanto da escola quanto dos alunos. Após, refletem sobre as análises feitas, são elaboradas propostas de mudanças que atendem as necessidades elencadas. Para essas ações há duas categorias: as ações concretas, as quais são postas em um determinado período e as ações permanentes, que são feitas durante um tempo estipulado no Conselho. Ao final, são analisados os casos que merecem atenção e cuidado, para encontrar um meio de apoio ao aluno que necessita. As ações devem ser pensadas para o coletivo, mas requer uma atenção maior para cada caso, por isso a importância do Conselho, por ser um momento que todos possam ajudar a pensar com discernimento. É importante convocar a família para dialogar, e também, passar aos professores por escrito a situação e as ações propostas para não serem esquecidas.

No Conselho de Classe Participativo, é o momento no qual os pais e os alunos participam, é de suma relevância isto para perceber a relação professor-aluno, debater os métodos se estão sendo produtivos. Faz com que haja mudanças na escola, provoque a crítica, proporciona a construção coletiva, possibilitando, assim, repensar o PPP e a função social da escola.

Portanto, o Conselho de Classe com essa organização permite o repensar sua finalidade, reorganizar o trabalho pedagógico e fortalecer a relação dos professores, alunos e famílias com a instituição escolar. Envolvendo todos no processo de ensino-aprendizagem, podendo assim, movimentar o PPP e atingir a função social da escola, a qual é formar indivíduos críticos em sua totalidade.

4. Conselho de Classe como *lócus* da dialogicidade para reorganizar a ação pedagógica

A teoria da dialogicidade é uma proposta de método dialógico da educação, tendo como mentor o patrono da educação brasileira, o educador e filósofo brasileiro Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 em Recife, no bairro Casa Amarela, filho de Joaquim Temístocles Freire (rio-grandense-do-norte e sargento do exército) e de Edeltrudes Neves Freire (dona de casa, bordadeira e pernambucana). Faleceu em 2 de maio de 1997, em São Paulo.

Aprendeu a ler com seus pais e foi inserido em uma pequena escola particular, mas aos oito anos de idade com a crise econômica de 1929, eles tiveram que se mudar para Jaboatão, e dois anos após, perdeu seu pai, esses acontecimentos adiaram seus estudos primários. Mas, não o abalou e com 16 anos de idade entrou para o ginásio. Realizou a faculdade de Direito do Recife, aos 20 anos e, aos 23 anos iniciou o trabalho como professor secundário. Atuou como diretor do Setor de Educação do SESI (Serviço Social da Indústria) e coordenou os trabalhos dos professores com as crianças, e com suas famílias.

Paulo Freire sempre teve dificuldades em assimilar conteúdos formais, por isso, criou uma concepção de Método de Alfabetização, em 1961. Era um método dialético, no qual, consistia em alfabetizar jovens e adultos em curto prazo, em média de 45 dias, ele alfabetizou 300 adultos, partindo do conhecimento que eles já possuíam, utilizando palavras geradoras para esse ensino. Essa concepção de aprendizagem poderia ser utilizada, também, na alfabetização das crianças. Sendo uma perspectiva de educar, por meio de um diálogo democrático, e isso, gerou revolta aos militares e o levou ao exílio de Paulo Freire, em 1964, na Bolívia, pois olhavam para essa filosofia como uma ferramenta de transformação social e que permitia aos indivíduos conhecer e reivindicar seus direitos.

A sua filosofia de educação permitia ao aluno conhecer o mundo em que estava inserido e interiorizá-lo, além de partir de suas tomadas de decisões. Esta baseada no diálogo entre o professor e o aluno, com a finalidade de formar o estudante em um aprendiz ativo, ou seja, um método em que o ensino se pautava em diálogo constante com o aluno, possibilitando-o o desenvolvimento crítico, a transformação social e que permitia aos indivíduos conhecer seus direitos e reivindicá-los.

Posto isto, se faz importante compreender o termo dialogicidade, segundo o Dicionário Online de Português é a “característica do que é dialógico, daquilo que se efetua por meio do diálogo, de uma interação comunicativa. [...] Qualidade do que propõe acordo ou se efetiva por meio de um acordo. [...]”. (DICIO, 2009). Nesse sentido, é a comunicação, a socialização entre os sujeitos, por meio do diálogo, este de acordo com o Minidicionário de Língua Portuguesa significa “comunicação; discussão; exposição de ideias por perguntas e respostas; conversa entre duas pessoas.” (SILVEIRA, 2000, p. 202).

“O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. (FREIRE, 2002, p. 43 *apud* LIMA, 2007, p. 29). O diálogo é a categoria central do pensamento freireano, sendo o meio de educar a fim da humanização e libertação dos sujeitos. Para ele, os homens se constituem pela palavra (ação-reflexão-ação), dando significado em sua relação com o mundo, ao seu papel de sujeito e não como objeto.

Por isso, ele faz uma crítica ao que denomina de “Educação Bancária”, a qual predomina a prática antidialógica, ou seja, não há a relação de diálogo, mas um contato vertical entre educador e educando. Os conteúdos são depositados aos alunos, sem a condição de questionamentos ou reflexões, o que se predomina é o comando. Em contrapartida, a teoria dialógica, tem sua base na simpatia para alcançar o que se almeja, isto é, o educador e o educando tem relação horizontal, de diálogo almejando a criticidade e a formação humana, só pelo diálogo que se efetiva esta prática pedagógica. Assim, o diálogo é,

[...] uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 1989, p. 107).

A teoria dialógica, deve ser incorporada nos educadores, gestores e equipe pedagógica como uma forma de vida, e não como métodos ou instrumentos a serem praticados quando necessário. Essa forma de agir permite uma gestão crítica, que busca caminhos e meios para a coerência entre a teoria e a prática e, principalmente contempla a função primordial da escola – a humanização, isto é, formar o sujeito para reflexão e crítica de sua realidade.

Paulo Freire tinha a filosofia de uma educação que permitia ao aluno conhecer o mundo em que estava inserido e interiorizá-lo, além de partir de suas tomadas de decisões. Sendo centrado no diálogo entre o professor e o aluno, com a finalidade de formar o estudante em um aprendiz ativo, ou seja, um método em que o ensino se pautava em uma conversa com o aluno, possibilitando-o o desenvolvimento crítico.

Enfatizava a importância de criar condições para que todos pudessem participar ativamente, sendo papel do diretor possibilitar os caminhos para isto acontecer. Por isso, é tão importante o Conselho Escolar, as instâncias colegiadas, em especial, o Conselho de Classe, pois possibilita que a participação ativa dos alunos, equipe docente e pedagógica, pais e funcionários possam discutir sobre as ações pedagógicas, o planejamento e o Projeto Político Pedagógico da escola visando à formação crítica e humana dos estudantes.

Na reflexão, no diálogo e na problematização, os educadores vão se desenvolvendo como pessoas e como profissionais, adotando uma postura crítica em relação ao saber técnico e científico, colocando-os a serviço de todas as pessoas e tendo como prioridade o princípio da inclusão que, na fala de Paulo Freire, significa um mundo, uma sociedade e uma escola onde todos caibam. (LIMA, 2007, p. 35)

Neste sentido, o Conselho de Classe é esse espaço que possibilita a dialogicidade, a troca de experiências, de ideias, de descobertas, de debate e, permite que o clima escolar seja de reflexão sobre suas práticas. Esse encontro deve ser pautado em ações horizontais, a fim de humanizar os envolvidos para que assim, possam humanizar os educandos. Para isto, é necessário que todos estejam abertos a mudanças e trabalhem em comunhão para que as reuniões sejam significativas e não voltadas a notas. Sendo preciso entender que, “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. (FREIRE, 1989, p. 96).

Posto isto, o Conselho de Classe é um instrumento que promove o trabalho coletivo, o diálogo em busca de reflexões que melhoram a prática pedagógica e, conseqüentemente, o ensino. Segundo Gadotti (2004), o diálogo para Paulo Freire está na natureza humana e permite que os seres humanos se construam, pois são por sua essência comunicativa, sendo o “[...] momento em que os homens se encontram para transformar a realidade e progredir”. (GADOTTI, 2004, p. 46).

Assim, as reuniões de Conselho de Classe ao permitir a participação de todos os segmentos escolares (professores, equipe pedagógica, pais, alunos e demais profissionais), realiza a ação ativa da comunidade nas decisões e na melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Essa participação não é apenas como forma de saber do que foi decidido coletivamente, mas uma maneira de conversar e sanar as possíveis dúvidas e encaminhar as ações necessárias para promover a aprendizagem.

O Conselho de Classe é este *lócus* de discussões criadoras e debate da realidade da sala de aula, por amor e fé nos estudantes, todos os segmentos escolares envolvidos neste processo deve conscientizar-se que, este é o momento de buscar melhorias para a condução da humanização dos sujeitos. Para ser um espaço de reorganização da prática pedagógica, os educadores precisam,

É fundamental que os profissionais assumam-se como dotados de consciência e vontade. [...] percebam-se como sujeitos do movimento histórico e da mesma forma percebam os seus alunos. [...] busquem conhecer os limites e possibilidades que se colocam presentes na totalidade estruturada das leis que regem a racionalidade das relações sociais e, inconscientemente, também os regem. É fundamental que os profissionais passem a organizar-se e solidarizar-se em práticas comuns coletivas, em conformidade com projetos e objetivos também comuns, eliminando a tendência corporativa de proteção de espaços. [...] fundamental que o discente coloque-se como sujeito ativo, reflexivo e participante das transformações. (DALBEN, 2004, p.175).

Desta forma, ao repensar o trabalho pedagógico, o Conselho de Classe se insere como instância essencial, pois permite a reflexão do trabalho feito em sala de aula com o aluno, a relação educador-estudante-conteúdo. Atrelado ainda, com a função social da escola, com os novos caminhos a serem trilhados. É o espaço de diálogo, um dos únicos momentos que todos os professores podem conversar, realizar a interdisciplinaridade, ressignificar suas práticas, discutir o planejamento e a política da escola. Todavia, isto é alcançado com a consciência da sua importância e pela comunhão de todos e a dialogicidade sempre o ponto de partida e chegada para a construção do conhecimento.

Portanto, o Conselho de Classe permite a participação de todos os membros escolares no bojo das ações pedagógicas, por meio de diálogos, de reflexões, das trocas de experiências que constroem juntos a mudança e melhoria na qualidade do ensino visando contemplar o Projeto Político Pedagógico da escola e a formação

humana de seus alunos. Considerando, uma avaliação do aluno como sujeito transformador social, incentivando a criticidade, possibilitando por meio da educação a consciência crítica e transformadora da prática para a liberdade, sendo um ato político, ou seja, a educação deve permitir a conversa, a troca de opiniões, um ensino que não seja neutro, mas cheio de debates e que estimule o senso crítico dos estudantes.

5. CONCLUSÃO

Ao realizar este estudo compreende-se que o Conselho de Classe é o espaço primordial para a discussão e ressignificação das práticas pedagógicas. Para ser efetivado é necessário que todos os segmentos escolares participem e estejam em consonância com a função social da instituição escolar, isto é a formação humana. Para tanto, é preciso haver entendimento por parte dos gestores sobre a Gestão Democrática, a qual possibilita tomar as decisões coletivamente e fortalecer a relação escola e comunidade.

A efetivação da Gestão Democrática se dá por meio das instâncias colegiadas, a qual se destaca neste trabalho o Conselho de Classe. Por ser um momento de diálogo e interdisciplinaridade com a troca de experiência entre os professores de diversas disciplinas, a reflexão acerca do processo de ensino e aprendizagem, além de perpassar por todos os segmentos da escola. Permite, assim, se pensar na formação humana, na gestão política-pedagógica da escola, a fim de promover o ensino qualitativo e formativo para os sujeitos.

O Conselho de Classe é o momento de ouvir e ser ouvido, é instrumento essencial para discussão, participação e avaliação do aluno, não o avaliar por nota ou desempenho, mas um olhar atento e cuidadoso para o sujeito em sua totalidade. Contemplando, seu processo de desenvolvimento e, a partir disso, buscar no coletivo soluções para fortalecer a relação entre o professor, o aluno e o conteúdo, com o intuito de enriquecer a prática pedagógica e ter qualidade no ensino.

Todavia, nem sempre foi visto desta maneira, mas como um *lócus* obrigatório e realizado de forma rápida, sem debates, apenas expondo notas ou aprovações e reprovações dos alunos. Sem considerar o processo de ensino-aprendizagem e rever as práticas pedagógicas. Ao ser feito sem intencionalidade, não possibilita

mudanças e o ensino qualitativo, e sim o quantitativo. Por isso, é necessário se atentar ao CC como o ponto de partida e chegada do trabalho pedagógico, visando a participação de alunos, de pais, da equipe pedagógica, gestora e o corpo docente para que juntos possam dialogar e promover caminhos para o desenvolvimento escolar dos sujeitos.

Desta maneira, as reuniões de Conselho de Classe realizada com significados, contemplando a participação, o diálogo horizontal com todos os envolvidos para o mesmo intuito de humanização, promove o ensino qualitativo com intenção e permite ressignificar as ações pedagógicas. Além de fortalecer a relação da escola com a comunidade escolar, possibilitar mobilizar o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar com vistas para a formação humana.

Assim, o Conselho de Classe é um espaço privilegiado por contemplar todos os segmentos escolares e poderem dialogarem no coletivo para reorganizar seus trabalhos com o intuito de fortalecer suas aulas, o processo escolar e possibilitar que os estudantes desenvolvam o senso crítico, se humanizem por meio do conhecimento.

Sendo assim, o Conselho de Classe realizado e compreendido como o *locus* primordial de discussão, reflexão, avaliação do processo de ensino e aprendizagem e de repensar o trabalho do professor, permite a atuação do docente se fortaleça e a enriqueça. Visto que, o docente poderá em um diálogo horizontal com os demais buscar meios para ressignificar sua ação voltada a contemplar a função social da escola. Além de permitir, se humanizar, construir seu senso crítico sobre a sua atuação e, desenvolver isto em seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11694112/artigo-14-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>> Acesso em 06 mar. de 2022.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** São Paulo: FTD, 2000.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola.** 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Disponível em: <

<https://www.kilibro.com/books/8530807340/conselhos-de-classe-e-avaliacao>>
Acesso em 25 jan. de 2022.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

FREIRE, Paulo. **Educação e Conscientização**. In: Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade**. In: Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a Administração escolar: a busca de um sentido**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

MULLER, Sandra Scarpini. **O Conselho de Classe e a organização do trabalho pedagógico: uma interação possível?** Maringá, 2008.

MULLER, Sandra Scarpini. **O Conselho de Classe como possibilidade de discussão e organização do trabalho pedagógico**. Maringá, 2008.

PARANÁ, Secretaria da Educação do. **Conselho de Classe**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>> Acesso em 25 jan. de 2022.

PARANÁ, Secretaria da Educação do. **Gestão Democrática**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1435>> Acesso em 06 mar. de 2022.

PARANÁ, Secretaria da Educação do. **Instâncias Colegiadas**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>> Acesso em 06 mar. de 2022.

PINTO, Jucinara de Castro Almeida; FERRAZ, Maria do Carmo Gomes. O Conselho de Classe como espaço coletivo de decisão e a sua importância na promoção da eficácia e equidade. In: XXII - **Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste** (EPENN). 2014, Natal/RN.

PORTUGUÊS, Dicionário Online de. **Dialogicidade**. 2009-2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/dialogicidade/>> Acesso em: 04 abr. de 2022.